

Bibliografias temáticas

Acordo de Leniência

v. 1, n. 1, mar. 2018

**Edição atualizada em
mar./2021**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETÁRIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO JURÍDICA
COORDENADORIA DE BIBLIOTECA E PESQUISA

BIBLIOGRAFIAS TEMÁTICAS

v. 1, n. 1, mar. 2018

Acordo de Leniência

Atualizada em março/2021

Brasília/DF
2021

© Ministério Público Federal, 2018.

Permitida a reprodução total ou parcial desta obra desde que sem fins lucrativos e citada a fonte.

Para ter acesso a íntegra dos documentos basta um primeiro acesso com o mesmo login e senha utilizados na rede do MPF.

Íntegra dos textos acessíveis apenas aos membros, servidores e estagiários do MPF.

Problemas na visualização do material, entrar em contato com: pgr-pesquisa@mpf.mp.br

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procurador-Geral da República

Antônio Augusto Brandão de Aras

Vice-Procurador-Geral da República

Humberto Jacques de Medeiros

Ouvidoria-Geral do Ministério Público Federal

Brasilino Pereira dos Santos

Corregedoria-Geral do Ministério Público Federal

Elizeta Maria de Paiva Ramos

Secretária-Geral

Eliana Peres Torelly de Carvalho

Secretária de Documentação e Informação Jurídica

Carlos Fernando Mazzoco

Coordenadoria de Biblioteca e Pesquisa

Luciana Araújo Gomes de Sousa

Elaboração

Central de Atendimento ao Usuário (CAU/Cobip)

Pesquisa: Ana Paula S. Cobra, Geane Batista de Vasconcelos e Mauro Calheiros - (CAU/Cobip)

Colaboradores: Rani Vasconcelos e Valdineis Oliveira - (CAU/Cobip)

Atualização e Revisão: Geane Batista de Vasconcelos e Andrea Regina Ramos Salles Luz

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Coordenadoria de Biblioteca e Pesquisa

SAF SUL QUADRA 4 - CONJ. C, BLOCO F, TÉRREO CEP 70050-900

Brasília-DF

PGR-pesquisa@mpf.mp.br

Tel: (61) 3105-6452, 3105-6456

APRESENTAÇÃO

A Bibliografia Temática, publicação periódica da Coordenadoria de Biblioteca e Pesquisa, em parceria com a Rede de Bibliotecas do MPF, reúne material doutrinário, legislativo e jurisprudencial sobre temas de interesse do Ministério Público Federal.

A bibliografia está organizada pelo tipo de documentação jurídica: doutrina, jurisprudência e legislação. Em doutrina, o material está dividido em artigos de periódicos, capítulos de livros e livros. A íntegra do texto, sempre que possível, está disponível por meio dos *links*. Quando não, indica(m)-se a(s) biblioteca(s) da Rede de Bibliotecas do MPF que possui(em) a obra em seu(s) acervo(s). Faz-se também a indicação das bibliotecas da Rede de Bibliotecas Congresso Nacional - RVBI, quando a obra não é localizada no acervo da Rede de Bibliotecas do MPF.

A pesquisa de doutrina foi realizada nos catálogos da Rede RVBI e Rede RBMPF, no site Consultor jurídico e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, do IBICT. A doutrina estrangeira foi selecionada e a pesquisa ocorreu nas bases de dados Hein Online, Ebsco e Proquest, todas disponíveis no Portal da Rede de Bibliotecas do MPF.

A jurisprudência limita-se aos acórdãos dos tribunais superiores. Por sua vez, a legislação traz os atos normativos federais bem como a exposição de motivos da norma.

O primeiro número apresenta o Acordo de Leniência, assunto pertinente à atuação da 3ª e da 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

Originado do Direito Norte Americano, o acordo de leniência é a entabulação prevista em lei entre empresas privadas e entidades públicas, as quais, objetivando auferir benefícios e reduzir punições, concordam em colaborar com as autoridades públicas reguladoras e investigativas, oferecendo informações, documentos e provas diversas, com a finalidade de esclarecer ilícitos ou facilitar a apuração de violações que atentem contra as relações comerciais, preservando assim o princípio da ordem econômica e fazendo valer a licitude nos negócios firmados.

Sem pretender exaurir o tema, a Bibliografia apresenta vários itens, inclusive

orientações, votos e enunciados das Câmaras de Coordenação e Revisão sobre o assunto. Em março de 2021 a pesquisa doutrinária foi atualizada, abrangendo as bases de dados a OECD e Tirant Latam.

SUMÁRIO

1 DOCTRINA	4
1.1 Artigos de Periódicos	4
1.2 Capítulos de Livros	14
1.3 Livros e outros materiais	18
2 JURISPRUDÊNCIA	23
3 LEGISLAÇÃO	24
4 ENUNCIADOS, VOTOS, ORIENTAÇÕES E NOTAS TÉCNICAS	26
ÍNDICE DE AUTOR.....	27

1 DOCTRINA

1.1 Artigos de Periódicos

ALAN, José Alexandre da Silva Zachia. Novos aspectos relacionados com a leniência e a corrupção: uma abordagem na perspectiva da teoria dos jogos. **Revista de Direito Administrativo**, v. 275, p. 189-222, maio/ago. 2017.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

ALVES, Francisco Sérgio Maia. Análise da juridicidade do controle dos acordos de leniência da lei anticorrupção empresarial pelo Tribunal de Contas da União. **Boletim de Licitações e Contratos**, v. 15, n. 166, p. 112-124, fev. 2019.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

ALVES, Francisco Sérgio Maia. Repercussão dos acordos de leniência e de colaboração premiada celebrados pelo Ministério Público Federal sobre as competências do Tribunal de Contas da União. **Revista de Direito Administrativo**, v. 277, n. 3, p. 71-103, set./dez. 2018.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

_____. Utilização pela jurisdição de contas das provas fornecidas em acordos de leniência e de colaboração premiada em desfavor do colaborador: análise da possibilidade à luz da teoria da aquisição da prova. **Interesse Público**, v. 21, n. 113, p. 211-238, jan./fev. 2019.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

AMORIM, Rodrigo Moraes de. O acordo de leniência na esfera administrativa como instrumento de prevenção e repressão à corrupção. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, v. 18, n. 214, p. 58-74, nov. 2019.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

AMOROS, Francisc Perez et al. Administração pública e empresas no combate à corrupção pandêmica: do compliance ao acordo de leniência. **Revista Jurídica**, Curitiba, v. 5, n. 62, p. 359-389 2020.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

ANDRADE, Jackeline Póvoas Santos de. O combate à corrupção no Brasil e a Lei n. 12.846/2013: a busca pela efetividade da lei e celeridade do processo de responsabilização através do Acordo de Leniência. **Revista Digital de Direito Administrativo**, v. 4, n. 1, p. 170-203, 2017.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

ARAÚJO, Fabiano de Figueirêdo. O acordo de leniência no âmbito do sistema financeiro nacional. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, v. 19, n. 219, p. 9-16, mar. 2020.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

ATHIAS, Daniel Tobias. Limitação de confidencialidade de acordos com o Cade: contextualização e possíveis consequências. **Revista de Direito Empresarial**, v. 4, n. 16, p. 293-315, jul. 2016.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

BASSANI, Luciana; CAFFÉ, Cândida. Brazilian anti-corruption law. **International Journal of Franchising Law**, v.12, n. 6, p. 45-48, 2014.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

BERTONCINI, Mateus Eduardo Siqueira Nunes. Atividade empresarial e cidadania: críticas à lei anticorrupção brasileira. **Revista Jurídica**, v. 3, n. 44, p. 451-472, 2016.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

BESSA, Isabela. Mediação extrajudicial pode aperfeiçoar acordo de leniência. **Consultor Jurídico**, set. 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-set-14/isabela-bessa-mediacao-aperfeicoar-acordo-leniencia>. Acesso em: 26 mar. 2018.

BLANCHET, Luiz Alberto; MARIN, Tâmera Padoin Marques. A corrupção como violação de direitos humanos e a necessária efetividade da Lei nº 12.846/13. **A & C: Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, v. 18, n. 71, p. 267-294, jan./mar. 2018.
[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

BLOK, Marcella. A nova lei anticorrupção e o compliance. **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, v. 17, n. 65, p. 263-318, jul./set. 2014.
[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

BORRELL, Joan-Ramon *et al.* Evaluating antitrust leniency programs. **Journal of Competition Law & Economics**, v. 10, n. 1, p. 107-136, Aug. 2013.
[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

BOTTINO, Thiago; VICTER, Renata Maccacchero. Eficiência, incentivos à cooperação e o acordo de supervisão no âmbito dos processos administrativos sancionadores na CVM. **Revista de Estudos Criminais**, v. 17, n. 69, p. 139-169, abr./jun. 2018.
[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

CAMELO, Bradson; NÓBREGA, Marcos. Vale a pena delatar?: o que Nash e a teoria dos jogos nos ensinam sobre os acordos de leniência. **Revista Brasileira de Direito Público**, v. 16, n. 62, p. 57-72, jul./set. 2018.
[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

CAMPOS, Patrícia Toledo de. Comentários à Lei nº 12.846/2013 – Lei anticorrupção. **Revista Digital de Direito Administrativo**, v. 2, n. 1, p. 160-185, 2015.
[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

CANTAL, Ana Maria Borges Fontão. A nova Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013). **Revista de Direito Empresarial**, v. 3, n. 12, p. 301-308, nov./dez. 2015.
[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

CHARISTOS, Konstantinos. Leniency programs under demand uncertainty: cartel stability and the durations of price wars. **Journal of Economics**, v. 118, p.35-46, 2016.
[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

COLINO, Sandra Marco. The perks of being a whistleblower designing efficient leniency programs in new antitrust jurisdictions. **Vanderbilt Journal of Transnational Law**, v. 50, n. 3, p. 535-581, May 2017.
[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

CÓRDOVA, Danilo Ferraz. Política de combate aos cartéis: os acordos de leniência, o termo de compromisso de cessação e a Lei n. 11482/2007. **Revista de Direito da Concorrência**, n. 18, p. 63-90, abr./jun. 2008.
[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

COSTÓDIO FILHO, Ubirajara. Acordos de leniência: transformação com segurança jurídica. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 106, n. 986, p. 189-209, dez. 2017.
[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

COUTINHO, Alessandro Dantas. A (im)possibilidade de afastamento da vedação à realização de transação, acordo ou conciliação nas ações de improbidade administrativa. **Revista Síntese de Direito Administrativo**, v. 12, n. 141, p. 61-69, set. 2017.
[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

DANTAS, Bruno. Acordos de leniência e os limites de atuação de cada órgão. **Consultor Jurídico**, dez. 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-dez-28/bruno-dantas-acordos-leniencia-limites-atuacao-orgaos>. Acesso em: 21 mar. 2018.

DI CILLO, Roberto. Acordo de leniência pressupõe algum grau de concessões recíprocas. **Consultor Jurídico**, mar. 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-mar-16/roberto-di-cillo-consideracoes-acordos-leniencia>. Acesso em: 26 mar. 2018.

_____. União e a legitimidade para assinar acordos de leniência. **Consultor Jurídico**, set. 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-set-07/roberto-di-cillo-uniao-legitimidade-acordos-leniencia>. Acesso em: 26 mar. 2018.

DOBROWOLSKI, Samantha Chantal. Breve nota sobre a lei anticorrupção e a responsabilização de pessoas jurídicas. **Consultor Jurídico**, maio de 2016. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-mai-02/mp-debate-lei-anticorrupcao-responsabilizacao-pessoas-juridicas>. Acesso em: 02 abr. 2018.

DOMINTE, Oana; SERBAN, Daniela; DIMA, Alina Mihaela. Cartels in EU: study on the effectiveness of leniency policy. **Management & Marketing Challenges for the Knowledge Society**, v. 8, n. 3, p. 529-552, 2013.
[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

DRAGO, Bruno de Luca. Acordos de leniência: breve estudo comparativo. **Revista do Ibrac**, v. 14, n. 6, p. 49-60 2008.
[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

FARACO, Alexandre Ditzel. Lei de defesa da concorrência e Lei anticorrupção: sobreposições e conflitos normativos. **Revista de Direito Público da Economia**, v. 15, n. 59, p. 9-23, jul./set. 2017.
[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

FARIA, Luzardo. Acordo de leniência e negociação da sanção administrativa: reflexões a partir da indisponibilidade do interesse público. **Revista de Direito Administrativo, Infraestrutura, Regulação e Compliance**, v. 4, n. 13, p. 197-219, abr./jun. 2020.
[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Breves comentários à lei da responsabilidade da pessoa jurídica por atos lesivos à administração pública. **Ciência Jurídica**, v. 27, n. 172, p. 447-456, jul./ago. 2013.
[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

FERRARI, Eduardo Reale. O acordo de leniência como forma de garantia da preservação da empresa. **Revista de Direito Recuperacional e Empresa**, v. 4, abr./jun. 2017.
[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

FERRAZ, Sérgio. A responsabilização na Lei Anticorrupção. **Revista de Direito Administrativo Contemporâneo**, v. 3, n. 18, p. 33-47, maio/jun. 2015.
[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

FERREIRA NETO, Amadeu de Souza. Programa de leniência e a Lei 12.529/2011: avanços e desafios. **Revista do Ibrac**, v. 19, n. 22, p. 145-161, jul./dez. 2012.
[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

FIGUEIREDO, Apoliana Rodrigues. Pessoa jurídica corruptora. **Revista Brasileira de Direito Comercial**, v. 3, n. 16, p. 96-110, abr./maio 2017.
[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

FONSECA, João Bosco Leopoldino da. Cartéis: tratamento legal. **Revista do Ibrac**, v. 18, n. 19, p. 105-132, jan./jun. 2011.
[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

FRAZÃO, Ana. Direito antitruste e direito anticorrupção: pontes para um necessário diálogo. **Revista Brasileira da Advocacia**, v. 2, n. 4, p. 235-261, jan./mar. 2017.
[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

GALVÃO, Marina Caetano Sarraf. Acordo de leniência: Lei nº 12.846/2013 e Decreto Federal nº 8.420/2015. **Revista Brasileira de Estudos da Função Pública**, v. 6, n. 16, p. 183-227, jan./abr. 2017.
[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

GRILLO, Brenno. Ministério Público deve ser o titular dos acordos de leniência, diz juiz americano. **Consultor Jurídico**, dez. 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-dez-10/mp-titular-acordos-leniencia-juiz-americano>. Acesso em: 26 mar. 2018.

GUIMARÃES, Marcelo Cesar. Precisamos mesmo de um balcão único para markers em leniências internacionais?: reflexões a partir da experiência comparada do CADE e da Comissão Europeia. **Revista do Ibrac**, v. 25, n. 1, p. 379-410 2020.
[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

HARADA, Kiyoshi. Comentários à Medida Provisória nº 703/2015. **ADV Advocacia Dinâmica: Informativo Semanal**, n. 10, p. 129, 9 mar. 2016.
[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

IOKOI, Pedro Ivo Gricoli. O novo modelo de combate à corrupção. **Revista do Advogado**, v. 34, n. 125, p. 115-124, dez. 2014.
[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

LIMA, Márcio Barra. A atuação do Ministério Público Federal junto ao CADE. **Revista de Defesa da Concorrência**, v. 6, n. 1, p. 5-23, maio 2018. Disponível em: <http://revista.cade.gov.br/index.php/revistadedefesadaconcorrancia/article/view/369>. Acesso em: 3 fev. 2020.

LIVIANU, Roberto. Leniência sem conivência. **Revista do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**, n. 133, p. 98-99, nov./2014-fev./2015.
[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

LOPES, Paula Lino da Rocha. Atuação administrativa consensual: acordo substitutivo envolvendo atos de improbidade administrativa. **Revista de Processo**, v. 42, n. 274, p. 383-407, dez. 2017.
[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

MACHADO, Luiza Andrade. Programas de leniência e responsabilidade civil concorrencial: o conflito entre a preservação dos interesses da leniência e o direito à indenização. **Revista de Defesa da Concorrência**, v. 3, n. 2, p. 114-132, nov. 2015. Disponível em: <http://revista.cade.gov.br/index.php/revistadedefesadaconcorrancia/article/view/216/114>. Acesso em: 16 mar. 2018.

MAGALHÃES, Gustavo Alves. Programa de leniência na legislação concorrencial: críticas penais. **Boletim IBCrim**, v. 25, n. 296, p. 7-8, jul. 2017.
[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

MAGALHÃES, João Marcelo Rego. Pontos relevantes da Lei de anticorrupção empresarial brasileira: Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. **Revista da Procuradoria-Geral do Banco Central**, v. 8, n. 1, p. 57-83, jun. 2014.
[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

MARBERG, Sarah. Promises of leniency: whether companies should self-disclose violations of the foreign corrupt practices act. **Vanderbilt Journal of Transnational Law**, v. 45, p. 557-597, 2012.
[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

MARCHESI, Bruna Lícia Pereira. O acordo de leniência na Lei de anticorrupção empresarial. **Revista Zênite: Informativo de Licitações e Contratos**, v. 22, n. 256, p. 529-530, jun. 2015.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

MARTINEZ, Ana Paula. Challenges ahead of leniency programmes: the brazilian experiency. **Journal of European Competition Law & Practice**, v. 6, n. 4, 260-267, 2015

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

_____. Desafios do acordo de leniência da Lei nº 12.846-2013. **Revista do Advogado**, v. 34, n. 125, p. 25-30, dez. 2014.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

MARTINS, Ives Gandra da Silva. Acordos de leniência. Evolução do instituto na legislação brasileira. Abrangência, legalidade e atualidade da MP nº 703/2015. Parecer. **Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal**, v. 12, n. 69, p. 5-29, dez./jan. 2015/2016.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

_____. A função social da empresa e acordos de leniência. **Justiça & Cidadania**, n. 176, p. 16-17, abr. 2015.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

_____. Dos acordos de leniência no Brasil. **Revista do Tribunal Regional Federal [da] 1. Região**, v. 28, n. 5/6, p. 23-35, maio/jun. 2016.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

MARVÃO, Catarina. The EU leniency programme and recidivism. **Rev. Ind. Organ**, v. 48, p. 1-27, 2016.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

MAZZUCATO, Paolo Zupo. Acordo de leniência: questões controversas sobre o art. 35-C da Lei Antitruste. **Revista do IBRAC**, v.17, p. 169-210, jan./jun. 2010.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

MEIRA, Marcos; VALIM, Rafael. A segurança jurídica nos acordos de leniência. **Consultor Jurídico**, 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-set-04/marcos-meira-rafael-valim-seguranca-juridica-acordos-leniencia>. Acesso: 10 fev. 2020.

MELLO, Shirlei Silmara de Freitas. O acordo de leniência como corolário do princípio da consensualidade no processo antitruste brasileiro. **Revista de Direito Público da Economia**, v. 12, n. 45, p. 153-167, jan./mar. 2014.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

MELLO, Shirlei Silmara de Freitas *et al.* Acordo de leniência: a lógica do consenso na proteção dos interesses difusos tutelados pela lei antitruste. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia**, v. 36, p. 575-598, jan./dez 2008.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

MENDRONI, Marcelo Batlouni. Alterações penais da nova lei do sistema brasileiro de defesa da concorrência. **Revista dos Tribunais**, v. 102, n. 927, p. 159-173, jan. 2013.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

MESQUITA NETO, Armando. Descompasso temporal e técnico entre leniência e colaboração premiada. **Consultor Jurídico**, set. 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-set-06/armando-neto-descompasso-entre-leniencia-colaboracao-premiada>. Acesso em> 26 mar. 2018.

MIGLIARI JÚNIOR, Arthur. Os empresários e as medidas cautelares no processo penal brasileiro. **Consulex: revista jurídica**, v. 20, n. 476, p. 35-38, nov. 2016.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

MONTCHENKOVA, Evgenia; VAN DER LAAN, Rob. Strictness of leniency programs and asymmetric punishment effect. **International Review Economics**, v. 58, p. 401-431, 2011.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

MORAIS, Flaviane de Magalhães Barros Bolzan de; BONACCORSI, Daniela Villani. A colaboração por meio do acordo de leniência e seus impactos junto ao processo penal brasileiro: um estudo a partir da “Operação Lava Jato”. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 122, p. 93-113, set./out. 2016.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

MOREIRA, Egon Bockmann. Lei anticorrupção e quatro de seus principais temas: responsabilidade objetiva, desconsideração societária, acordos de leniência e regulamentos administrativos. **Revista de Direito Público da Economia**, v. 12, n. 47, p. 55-84, jul./set. 2014.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

MUDROVITSCH, Rodrigo de Bittencourt; NÓBREGA, Guilherme Pupe da. Leniência, uma história em construção: segurança jurídica e atuação do Estado. **Consultor Jurídico**, 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-mar-10/observatorio-constitucional-acordo-leniencia-historia-construcao>. Acesso em: 26 mar. 2018.

_____. Leniência e improbidade: a proposta trazida pelo PL 10.887/2018. **Consultor Jurídico**, 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-set-19/leniencias-questao-leniencia-improbidade-proposta-trazida-pl-108872018>. Acesso em: 10 fev. 2020.

MUKAI, Toshio. Alterações na Lei anticorrupção nos acordos de leniência (MP nº 703/2015). **Revista Síntese de Direito Administrativo**, v. 11, n. 122, p. 199-207, fev. 2016.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

_____. Anotações à Portaria n. 910, de 7.4.2015. **Fórum Administrativo**, v. 15, n. 175, p. 77-80, set. 2015.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

_____. Regulamentação da Lei n. 12.846, de 1. de agosto de 2013 (Lei anticorrupção contra pessoas físicas e jurídicas do Direito Privado). **Fórum Administrativo**, v. 15, n. 174, p. 55-63, ago. 2015.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

NALINI, José Renato. Leniência letal. **Consulex: revista jurídica**, v. 11, n. 247, p. 24-25, abr. 2007.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

NASCIMENTO, Ferdinando. Lei da empresa limpa: acordos de leniência e compliance: prevenir é melhor. **Justiça & Cidadania**, n. 180, p. 50-53, ago. 2015.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

NICOLOSI, Costanza. No good whistle goes unpunished: can we protect european antitrust leniency applications from discovery? **Northwestern Journal of International Law & Business**, v. 31, p. 225-260, 2011.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

NUNES, Leandro Bastos. A atribuição do Ministério Público para firmar acordo de leniência. **Boletim de Administração Pública e Gestão Municipal**, v. 8, n. 77, p. 252-255, fev. 2018.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

O’KANE, Micahel. International cartel criminalisation and leniency: recent lessons from the UK and global comparisons. **Competition Law International**, p. 55-64, Aug. 2012.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

OLIVEIRA JÚNIOR, Fábio de; CHOQUE, Romina Diana Flores. Processo e procedimentos da responsabilização das pessoas jurídicas sob a égide da Lei Anticorrupção – Lei 12.846/2013 –

correlacionada às inovações do novo CPC – Lei 13.105/2015. **Revista dos Tribunais**, v. 966, p. 203-222, abr. 2016.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

OLIVEIRA, Gustavo Justino de. “Pós-acordo de leniência”: desafios das empresas para sua reabilitação. **Consultor Jurídico**, 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-ago-28/pos-acordo-leniencia-desafios-empresas-reabilitacao>. Acesso em: 10 fev. 2020.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. O sistema brasileiro de combate à corrupção e a Lei nº 12.846/2013 (Lei anticorrupção). **Boletim de Direito Administrativo**, v. 30, n. 7, p. 751-758, jul. 2014.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

PAGOTTO, Leopoldo; TEIXEIRA, Ana Paula Bertol. The brazilian anti-corruption policy in motion. **Business Law International**, v. 17, n. 2, p. 103-124, May 2016.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

PALHARES, Felipe. Corrupção empresarial: a sucessão da responsabilidade nas operações societárias lesivas à Administração Pública. **Revista de Direito Privado**, v. 67, p. 343-388, jul./set. 2016.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

PANACHUK, Lara Pastorello. Considerações sobre a segurança jurídica nos acordos de leniência. **Fórum Administrativo**, v. 18, n. 208, p. 30-40, jun. 2018.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

PEREIRA, Victor Alexandre El Khoury M. Acordo de leniência na Lei anticorrupção (Lei nº 12.846/2013). **Revista Brasileira de Infraestrutura**, v. 5, n. 9, p. 79-113, jan./jun. 2016.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

PEREIRA FILHO, Venicio Branquinho. Programa de leniência no direito concorrencial brasileiro: uma análise de seus escopos e desafios. **Revista de Defesa da Concorrência**, v. 3, n. 2, p. 87-113, nov. 2015. Disponível em:

<http://revista.cade.gov.br/index.php/revistadedefesadaconcorrencia/article/view/155/111>. Acesso em: 16 mar. 2018.

PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres; MARÇAL, Thaís Boia. Compliance e acordo de leniência são convergência necessária para Brasil crescer. **Consultor Jurídico**, jan. 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-jan-28/compliance-acordo-leniencia-sao-convergencia-necessaria>. Acesso em: 26 mar. 2018.

PINHA, Lucas Campio. A efetividade dos programas de leniência e o contexto brasileiro. **Revista de Defesa da Concorrência**, v. 4, n. 1, p. 133-152, mai. 2016. Disponível em:

<http://revista.cade.gov.br/index.php/revistadedefesadaconcorrencia/article/view/253/128>. Acesso em: 16 mar. 2018.

_____. Qual a contribuição da teoria dos jogos para os programas de leniência? uma análise aplicada ao contexto brasileiro. **Revista de Defesa da Concorrência**, v. 6, n. 1, p. 156-172, maio 2018.

Disponível em: <http://revista.cade.gov.br/index.php/revistadedefesadaconcorrencia/article/view/361>. Acesso em 4 fev. 2020.

PINTO, José Guilherme Bernan Correa. Direito administrativo consensual, acordo de leniência e ação de improbidade. **Fórum Administrativo**, v. 16, n. 190, p. 49-56, dez. 2016.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

PONTES, Evandro Fernandes de. Dissolução compulsória da pessoa jurídica: desafios sobre a Lei 12.846/2013 e o Sistema Financeiro Nacional. **Revista de Direito Empresarial**, v. 14, p. 155-239, mar./abr. 2016.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

PROMISES of leniency: whether companies should self-disclose violations of the foreign corrupt practices act. **Vandebilt Journal of Transational Law**, v. 45, p. 557-597, 2012.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

REIS, Clayton. Responsabilidade civil objetiva da empresa por atos de corrupção a luz da Lei 12.846/2013. **Revista Jurídica**, v. 1, n. 46, p. 119-145, 2017.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

RIBEIRO, Amadeu; NOVIS, Maria Eugênia. Programa brasileiro de leniência: evolução, efetividade e possíveis aperfeiçoamentos. **Revista do Ibrac**, v. 17, p. 147-168, jan./jun. 2010.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

RIBEIRO, Diaulas Costa *et al.* Interface between the brazilian antitrust, anticorruption and criminal organization laws: the leniency agreements. **Law and Business of the Americas**, v. 22, n. 3, p. 195-244, Summer 2016.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

RIBEIRO, Manoela Barbosa Machado. As incertezas relacionadas à competência para a celebração de acordos de leniência. **Boletim de Administração Pública e Gestão Municipal**, v. 8, n. 82, p. 1007-1014, jul. 2018. (Texto diferente do publicado na revista Fórum Administrativo, v. 18, n. 208, p. 41-47, jun. 2018, embora possuam mesmo autor e título).

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

_____. As incertezas relacionadas à competência para a celebração de acordos de leniência. **Fórum Administrativo**, v. 18, n. 208, p. 41-47, jun. 2018. (Texto diferente do publicado na revista Boletim de Administração Pública e Gestão Municipal, v. 8, n. 82, p. 1007-1014, jul. 2018, embora possuam mesmo autor e título).

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

ROCHA, Daniel Favoretto. Análise institucional da aplicação cível da Lei antitruste: impactos sobre a atuação do CADE. **Revista do Ibrac**, v. 24, n. 1, p. 174-191, jan./jun. 2018.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

RODAS, João Grandino. Acordos de leniência em direito concorrencial: práticas e recomendações. **Revista dos Tribunais**, v. 96, n. 862, p. 22-33, ago. 2007.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

ROSENBERG, Bárbara. Investigações de cartel e acordos. **Consulex: revista jurídica**, v. 12, n. 270, p. 57, abr. 2008.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

ROSSI RODRIGUEZ, Federico. Cornerstones of effective leniency programmes: the latin american experience. **Revista do Ibrac**, v. 24, n. 1, p. 30-69, jan./jun. 2018.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

SAKLE, Anshuman; CHAND, Anisha. Leniency regime in India: beginning of a new dawn. **Competition Law International**, v.13, n. 2, p.115-124, Dec. 2017.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo; SOUZA, Luciano Anderson de. Limites jurídico-penais do acordo de leniência em casos de grupos econômicos. **Revista dos Tribunais**, v. 107, n. 991, p. 301-315, maio 2018.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

SALVO, Mauro. A responsabilidade do gestor público e o nível de prudência na prevenção à lavagem de dinheiro e no combate ao financiamento do terrorismo. **Revista da Procuradoria-Geral do Banco Central**, v. 6, n. 2, p. 171-193, dez. 2012.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

SANTIAGO, Alex Fernandes. O compromisso de cessação e o acordo de leniência como mecanismo de defesa da concorrência na Argentina e no Brasil. **Revista Magister de Direito Empresarial, Concorrencial e do Consumidor**, v. 6, n. 35, p. 46-59, out./nov. 2010.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

SANTOS, Natália Batista da Costa. Os jogos da leniência: uma análise econômica da Lei anticorrupção. **Direito Público**, v. 14, n. 78, p. 54-71, nov./dez. 2017.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

SANTOS, Sérgio Honorato dos. Acordo de leniência sob o crivo do TCU para o exercício do controle administrativo. **Boletim de Licitações e Contratos**, v. 29, n. 4, p. 332-336, abr. 2016.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

SCAFF, Fernando Facury. A articulação dos acordos de leniência em um sistema de controle público. **Consultor Jurídico**, mar. 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-mar-20/contas-vista-articulacao-acordos-leniencia-num-sistema-controle-publico>. Acesso em: 26 mar. 2018.

SCAPINELLI, Christopher Pinho Ferro. Aspectos da Lei anticorrupção empresarial brasileira. **Revista Síntese de Direito Administrativo**, v. 12, n. 138, p. 80-86, jun. 2017.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

SCHNEIDER, Alexandre. Atuação do Ministério Público no acordo de leniência da Lei Anticorrupção. **Revista do Ministério Público Militar**, v. 42, n. 27, p. 151-176, nov. 2017.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

SHARMA, Deepankar. Dimensions of leniency policies in BRICS: a comparative analysis of India, South Africa, Brazil and Russia. **BRICS Law Journal**, v. 3, n. 2, p. 6-20, 2016.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

SILVA, Vladimir Spíndola. O instituto da leniência no direito antitruste norte americano. **Revista do Ibrac**, v. 9, n. 325-348, jan. 2002.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. O acordo de leniência na Lei Anticorrupção. **Revista dos Tribunais**, v. 103, n. 947, p. 157-178, set. 2014.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

SOARES JÚNIOR, Rafael. Da impossibilidade do uso do acordo de leniência como forma de impedir o oferecimento de denúncia pelo Ministério Público. **Boletim Ibccrim**, v. 18, n. 215, p. , out. 2010.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

SOBRAL, Ibrahim Acácio Espírito. O acordo de leniência: avanço ou precipitação? **Revista do IBRAC**, v. 8, p. 137-152, jan. 2001.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

SOUZA, Ricardo Inglez de; SILVEIRA, Luciana Dutra de. Lei anticorrupção e a defesa da concorrência. **Revista dos Tribunais**, v. 947, p. 201-211, set. 2014.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

SOUZA, Nayara Mendonça Silva e. Mecanismos de proteção ao programa de leniência brasileiro. **Revista do Ibrac**, v. 26, p. 115-134, jul./dez. 2014.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

SPALDING, Andrew B. Brazil's olympic-era anti-corruption reforms. **Maryland Journal of International Law**, v. 32, p. 188-220, 2017.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

TAFFARELLO, Rogério Fernando. Acordos de leniência e de colaboração premiada no direito brasileiro: admissibilidade, polêmicas e problemas a serem solucionados. **Revista Brasileira da Advocacia**, v. 2, n. 4, p. 211-231, jan./mar. 2017.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

TAMASAUSKAS, Igor. Mesmo em amadurecimento, acordo de leniência é instrumento que veio para ficar. **Consultor Jurídico**, dez. 2016. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-dez-19/igor-tamasauskas-leniencia-instrumento-veio-ficar>. Acesso em: 26 mar. 2018.

TAVARES, Carolina de Castro. Efeitos do cumprimento do acordo de leniência: análise do inc. I do § 4º do atr. 35-B e do art. 35-C, ambos da Lei 8.884, de 11.06.1994. **Revista do Ibrac**, v. 18, p. 75-97, jul./dez. 2010.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

TAVARES, Mariana. A proteção dos documentos de leniência no âmbito de ações de indenização por violação das regras de concorrência na União Europeia. **Revista de Defesa da Concorrência**, v. 1, n. 2, p. 32-44, nov. 2013. Disponível em:

<http://revista.cade.gov.br/index.php/revistadedefesadaconcorrancia/article/view/87/69>. Acesso em: 16 mar. 2018.

TOBOLOWSKY, Zachary B. Brazil finally cleans up its act with the clean company act: the story of a nation's long-overdue fight against corruption. **Law and Business Review of the Americas**, v. 22, p. 383-413, 2016.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

TODOROV, Francisco Ribeiro. Papel do Ministério Público no combate aos cartéis. **Boletim dos Procuradores da República**, v. 5, n. 51, p. 22-25, jul. 2002.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

TOJAL, Sebastião Botto de Barros. Eficácia de acordo de leniência exige atuação orgânica entre instituições. **Consultor Jurídico**, ago 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-ago-21/tojal-acordo-leniencia-exige-atuacao-organica-entre-instituicoes>. Acesso em: 26 mar. 2018.

VALÉRIO, Marco Aurélio Gumieri. Acordo de leniência: a delação premiada como instrumento de combate ao cartel. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, v. 45, n. 143, p. 188-201, jul./set. 2006.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

VAN OSCH, Pieter. Disclosure of leniency documents: did the Dutch highest administrative court open Pandora's box? **Journal of European Competition Law & Practice**, v.7, n. 10, p. 682-685, 2016.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

VENTURA, Leonardo Henrique de Carvalho. O acordo de leniência na Lei anticorrupção. **Boletim de Administração Pública e Gestão Municipal**, v. 9, n. 92, p. 690-692, maio 2019.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

VIANNA FILHO, Ivan Xavier. Acordo de leniência, segurança jurídica e princípio da confiança legítima. **Revista de Direito Público da Economia**, v. 14, n. 55, p. 223-242, jul./set. 2016.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

VIEIRA, Caroline Sanselme. O primeiro acordo de leniência firmado no Brasil. **Revista de Direito Internacional e Econômico**, v. 3, n. 11, p. 91-98, abr./jun. 2005.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

VILLELA, Juliana Girardelli. Aspectos relevantes do programa de leniência. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, v. 44, n. 139, p. 202-215, jul./set. 2005.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

XIAOWEI CAI. Effect of corporate leniency program on cartel dissolution under market uncertainty. **Advances in Management & Applied Economics**, v. 2. n. 4, p. 141-160, 2012.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

WESSING, Jürgen *et al.* US corruption proceedings in Germany. **Business Law International**, v. 15, n. 3, p. 183-200, Sep. 2014.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

ZARDO, Francisco. Acordos em ações de improbidade: aspectos práticos e polêmicos. **Revista Síntese de Direito Administrativo**, v. 12, n. 141, p. 300-310, set. 2017.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

ZYMLER, Benjamin; ALVES, Francisco Sérgio Maia. Acordos de leniência e o papel do TCU. **Interesse Público**, v. 20, n. 107, p. 153-168, jan./fev. 2018.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

1.2 Capítulos de Livros

ANDRADE, Flávio da Silva. Reflexões sobre os instrumentos de consenso na defesa da concorrência: acordo de leniência e termo de compromisso de cessação de prática antitruste. In: BRONDT, Luís Augusto Sanzo *et al.* (org.). **Limites ao poder punitivo: diálogos na ciência penal contemporânea**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016. p. 241-274.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

ANDRADE FILHO, João Pereira de; FERREIRA FILHO, Paulo Sérgio. Leniência, transparência e segurança jurídica: a vinculação ao acordo de leniência dos atores estatais colegitimados. In: SOUZA, Artur de Brito Gueiros; CÂMARA, Juliana de Azevedo Santa Rosa (coord.). **Inovações no direito penal econômico: prevenção e repressão da criminalidade empresarial**. Brasília: ESMPU, 2018. p. 179-209.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

ATHAYDE, Amanda; FRAZÃO, Ana. Leniência, compliance e o paradoxo do ovo ou da galinha: do compliance como instrumento de autorregulação empresarial. In: CUEVA, Ricardo Villas Bôas; FRAZÃO, Ana (coord.). **Compliance: perspectivas e desafios dos programas de conformidade**. Belo Horizonte: Fórum, 2018. p. 298-314.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

AZEVEDO, Paulo Furquim de. Análise econômica da defesa da concorrência. In: TIMM, Luciano Benetti (org.). **Direito e economia no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2014. p. 266-295.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

BARCELOS, Daniel Ribeiro. Acordo de leniência na Controladoria Geral do Município de São Paulo. In: OLIVEIRA, Gustavo Justino (coord.). **Acordos administrativos no Brasil: teoria e prática**. São Paulo: Almedina, 2020.

BECK, Francis Rafael. O procedimento da colaboração premiada perante o Ministério Público Federal: análise da Orientação Conjunta n. 1/2018. In: CALLEGARI, André Luis (coord.). **Colaboração premiada: aspectos teóricos e práticos**. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. p. 63-91.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

BONACCORSI, Daniela Villani; REIS FILHO, Guilherme Augusto. O alcance do acordo de leniência na Lei 12.846/2013. In: BOTTINO, Thiago (coord.). **Reflexos penais da regulação**. Curitiba: Juruá, 2016. v. 2, p. 107-137.

BOTELHO, Ricardo Franco. As principais características e desafios do acordo de leniência na lei anticorrupção. In: CASCIONE, Fábio de Souza Aranha, RIBEIRO, Bruno Salles Pereira (org.). **Lei anticorrupção: uma análise interdisciplinar**. São Paulo: LiberArs, 2015. p. 67-82.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

BRASIL, Bruno Menezes; SOUZA, Caio de; TAMASAUSKAS, Igor Sant'anna. Estudo de caso: acordos de leniência na Lei federal n. 12.846/13. In: OLIVEIRA, Gustavo Justino (coord.). **Acordos administrativos no Brasil: teoria e prática**. São Paulo: Almedina, 2020.

DOMINGUES, Juliana Oliveira; GABAN, Eduardo Molan. (R)evolução das investigações de cartel à luz dos acordos de leniência e das buscas e apreensões. In: CAMPILONGO, Celso; PFEIFFER, Roberto (org.). **Evolução do antitruste no Brasil**. São Paulo: Singular, 2018. p. 1289-1303.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

ESTEVES, Daniel Santa Bárbara et al. Experiências práticas com os acordos de leniência brasileiros. In: FRANCO, Isabel (org.). **Guia prático de compliance**. Rio de Janeiro: Forense, 2020. p. 371-388. *Disponível para leitura no Portal da Rede de Bibliotecas >> Acervo>>E-books>>Minha Biblioteca (<https://portal.mpf.mp.br/rededebibliotecas/acervo/e-books/minha-biblioteca>)*

FERREIRA FILHO, Adelino Borges Ferreira; AMARAL, Ana Cláudia Corrêa Zuin Mattos do. Análise econômica do acordo de leniência na Lei anticorrupção da pessoa jurídica. In: ESPOLADOR, Rita de Cássia R. Tarifa; PAVÃO, Juliana Carvalho (org.). **Direito contratual contemporâneo**. Londrina, PR: Thoth, 2019. p. 21-37.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

FIGALDO, Carolina Barros. Os acordos de leniência na Lei de combate à corrupção. In: MUNHÓS, Jorge, QUEIROZ, Ronaldo Pinheiro de (org.). **Lei anticorrupção e temas de compliance**. 2. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. p.337-373

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

FIGUEIREDO, Marcelo. O combate à corrupção: faltam instrumentos jurídicos. In: WALD, Arnold et al. (org.). **O direito administrativo na atualidade: estudos em homenagem ao centenário de Hely Lopes Meirelles 1917-2017: defensor do estado de direito**. São Paulo: Malheiros, 2017. p. 820-835.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

FONSECA, Antonio. Programa de compliance e acordo de leniência: uma visão do MP. In: **Wokshop a lei anticorrupção: o que muda no dia a dia das empresas e como elas devem se preparar [slides]**. Belo Horizonte, [2015].

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

FRADE, Eduardo; ANDRADE, Diogo Thomson de; ATHAYDE, Amanda. A evolução dos acordos de leniência e dos TCCs nos cinco anos de vigência da Lei 12.529/2011. In: CAMPILONGO, Celso; PFEIFFER, Roberto. **Evolução do antitruste no Brasil**. São Paulo: Singular, 2018. p. 1253-1274.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

FRANCO, Isabel; FERREIRA, Gláucia. A monitoria nos acordos entre empresas e autoridades. In: SOUZA, Fernanda Nunes Coelho Lana e (org.). **Compliance em perspectiva: abrangência, especificidades, mecanismos de atuação e a salvaguarda das organizações**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2020. p. 643-658.

GONÇALVES, Livia Cardoso Viana. O acordo de leniência na investigação antitruste: da investigação ao leading caso brasileiro. In: **PÓS-graduação em direito público - UnB**. Brasília: Escola da Advocacia-Geral da União, 2010. p. 199-227.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende; LUZ, Reinaldo Diogo. Programa de leniência na lei anticorrupção. In: CONGRESSO DO CONPEDI, 26, 2016, Curitiba. **Anais...** Florianópolis: CONPEDI, 2016. p. 176-195.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

LUZ, Reinaldo Diogo. Análise do programa de leniência da Lei anticorrupção brasileira: características e efetividade. In: FORTINI, Cristiana (coord.). **Corrupção e seus múltiplos enfoques jurídicos**. Belo Horizonte: Fórum, 2018. p. 119-143.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

MARRARA, Thiago. Acordos de leniência no processo administrativo brasileiro: modalidades, regime jurídico e problemas emergentes. In: PONTES FILHO, Valmir, GABARDO, Emerson (coord.).

Problemas emergentes da administração pública: anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. Belo Horizonte: Fórum, 2015. p. 259-274.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

MARTINEZ, Ana Paula. Acordo de leniência: *status quo* e desafios. IN: CAMPILONGO, Celso; PFEIFFER, Roberto (org.). **Evolução do antitruste no Brasil**. São Paulo: Singular, 2018. p. 1275-1288.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

MARTINS, Frederico Bastos Pinheiro. Acesso aos documentos de acordos firmando com autoridade (leniência e termos de cessão de conduta). In: DRAGO, Bruno de Luca; PEIXOTO, Bruno Lanna. **A livre concorrência e os tribunais brasileiros**: análise crítica dos julgados no Poder Judiciário envolvendo matéria concorrencial. São Paulo: Singular, 2018. p. 95-111.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

MARTINS, Ives Gandra da Silva. Direito à ampla defesa na lei suprema brasileira. In: PINTO, Helio Pinheiro. **Constituição, direitos fundamentais e política**: estudos em homenagem ao professor José Joaquim Gomes Canotilho. Belo Horizonte: Fórum, 2017. p. 265-275.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

MONTEIRO, Gabriela Reis Paiva. A participação do Ministério Público no acordo de leniência firmado com o CADE. In: BOTTINO, Thiago (coord.). **Reflexos penais da regulação**. Curitiba: Juruá, 2016. p. 163-189.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

MOREIRA, Egon Bockmann. Tribunais de contas podem controlar acordos de leniência? In: **Direito administrativo e alternative dispute resolution**: arbitragem, dispute board, mediação e negociação: como comentários à legislação do Rio de Janeiro, São Paulo e União sobre arbitragem e mediação em contratos administrativos e desapropriações. Belo Horizonte: Fórum, 2020. p. 37-41.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

NEVES, Edmo Colnaghi. Acordos de leniência. In: GILBERTO, André Marques. **Desafios atuais da regulação econômica e concorrência**. São Paulo: Atlas, 2010. p. 35-48.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

NOBREGA, Antonio Carlos Vasconcellos. Aplicação da Lei anticorrupção em Estados, municípios e a questão dos acordos de leniência. In: ZENKNER, Marcelo; CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de (coord.). **Compliance no setor público**. Belo Horizonte: Fórum, 2020. p. 19-33.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

OLIVEIRA, Gustavo Justino de; SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Operações de fusão e aquisição e as intercorrências a partir dos acordos de leniência. In: CARVALHO, André Castro *et al.* (coord.). **Manual de compliance**. Rio de Janeiro: Forense, 2019. p. 421-441.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

OLIVEIRA JÚNIOR, Fernando Antônio de Alencar Alves de. Os (indispensáveis) instrumentos consensuais no controle de condutas do direito antitruste brasileiro: a experiência do Cade com o termo de compromisso de cessação e o acordo de leniência. In: MUNHÓS, Jorge, QUEIROZ, Ronaldo Pinheiro de (org.). **Lei anticorrupção e temas de compliance**. 2. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. p. 375-406.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

PAIVA, Rodrigo Figueiredo. A natureza jurídica do acordo de leniência da Lei anticorrupção. In: MORAES, Alexandre de; MENDONÇA, André Luiz de Almeida (coord.). **Democracia e sistema de justiça**: obra em homenagem aos 10 anos do Ministro Dias Toffoli no Supremo Tribunal Federal. Belo Horizonte: Fórum, 2020. p. 565-582.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

PASTORE, Ricardo Ferreira; MOTTA, Lucas Griebeler da; IGNÁCIO, Renata Rossi. Responsabilização solidária de cartelistas em ações indenizatórias: reflexões, limites e desafios. In: DRAGO, Bruno de Luca; PEIXOTO, Bruno Lanna (coord.). **A livre concorrência e os tribunais brasileiros**: análise crítica dos julgados no Poder judiciário envolvendo matéria concorrencial. São Paulo: Singular, 2018. p. 75-94.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

PEREIRA, Cesar Augusto Guimarães. Sanções administrativas na Lei das empresas estatais. In: ANTUNES, Gustavo Amorim. **Estatuto jurídico das empresas estatais**: Lei 13.303/2016 - "Lei das estatais". São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. p. 525-564.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

PEREZ, Marcos Augusto. Acordos de leniência no processo administrativo anticorrupção brasileiro. In: CUNHA FILHO, Alexandre J. Carneiro da. **48 visões sobre a corrupção**. São Paulo: Quartier Latin, 2016. p. 655- 670.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

REZENDE, Pedro Henrique; GRIEVE, Duncan Stuart. Acordos de leniência e programas de integridade. In: SOUZA, Fernanda Nunes Coelho Lana e (org.). **Compliance em perspectiva**: abrangência, especificidades, mecanismos de atuação e a salvaguarda das organizações. Belo Horizonte: D'Plácido, 2020. p. 607-641.

RODRIGUES, Diogo Alencar de Azevedo. Os limites formais para a celebração do acordo de leniência sob a perspectiva das garantias do particular (Lei 12.846/2013). In: BOTTINO, Thiago (coord.). **Reflexos penais da regulação**. Curitiba: Juruá, 2016. p. 93-119.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

RODRIGUES, Eduardo Frade. A importância dos acordos de leniência no combate a cartéis. In: ENCONTRO NACIONAL DA 3ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO, 14, 2014. **Anais...** Brasília, 2014.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

SILVA, Lucia Helena Salgado e. A política brasileira de dissuasão de cartéis é eficaz? Uma análise econômica dos efeitos não antecipados de acordos de leniência e colaboração. In: CAMPILONGO, Celso; PFEIFFER, Roberto (org.). **Evolução do antitruste no Brasil**. São Paulo: Singular, 2018. p. 1305-1328.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. Considerações penais sobre o acordo de leniência na realidade antitruste. In: PASCHOAL, Janaína Conceição. SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. **Livro homenagem a Miguel Reale Júnior**. Rio de Janeiro: GZ, 2014, p. 561-585.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

SCHWIND, Rafael Wallbach. Reabilitação de empresas declaradas inidôneas pela administração pública. In: WALD, Arnold *et al.* (org.). **O direito administrativo na atualidade**: estudos em homenagem ao centenário de Hely Lopes Meirelles 1917-2017 defensor do estado de direito. São Paulo: Malheiros, 2017. p. 974-992.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

SOUZA, Rafael Soares. O acordo de leniência da Lei anticorrupção e o seu controle. In: ARAÚJO, Raul *et al.* (coord.). **Estudos sobre a administração pública e o combate à corrupção**: desafios em torno da Lei n. 12.846/13. Brasília: Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 2018. p. 173-191.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

SPENGLER, Adriana Maria Gomes de Souza. A empresa investigada e a desconstrução ideológica da traição: os critérios de conveniência e oportunidade na celebração dos acordos de leniência no sistema antitruste brasileiro. In: CONGRESSO DO CONPEDI, 26, 2016, Curitiba. **Anais...** Florianópolis: CONPEDI, 2016. p. 113-131.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

TAMASAUSKAS, Igor Sant'anna. Acordo de leniência e investigações internas como mecanismos eficazes de enfrentamento da corrupção. In: OLIVEIRA, Gustavo Justino (coord.). **Acordos administrativos no Brasil: teoria e prática**. São Paulo: Almedina, 2020.

TOJAL, Sebastião Botto de Barros. Consequências jurídicas do descumprimento do acordo de leniência pelo Estado e os mecanismos de garantia à execução contratual e de proteção à empresa colaboradora. In: MORAES, Alexandre de; MENDONÇA, André Luiz de Almeida (coord.).

Democracia e sistema de justiça: obra em homenagem aos 10 anos do Ministro Dias Toffoli no Supremo Tribunal Federal. Belo Horizonte: Fórum, 2020. p. 591-606.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

VASCONCELOS, Beto Ferreira Martins; SILVA, Marina Lacerda. Acordo de leniência, colaboração e composição: em busca de maturidade institucional e segurança jurídica. In: CARNEIRO, Rafael Araripe (org.). **Novas perspectivas jurídicas: uma homenagem a Gilson Dipp**. São Paulo: Trevisan, 2019. p. 137-152.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

VERÍSSIMO, Marcos Paulo Acordos de leniência: a experiência nacional e internacional de combate a cartéis e sua transposição para o combate à corrupção no Brasil. In: AMBOS, Kai; ZILLI, Marcos; MENDES, Paulo de Sousa. **Corrupção: ensaios sobre a Operação Lava Jato**. São Paulo: Marcial Pons, 2019. 283 p.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

1.3 Livros e outros materiais

ANDRADE, Diogo Thomson de. **Combate a cartéis [slides]**. Brasília, 2014.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

ANDREATO, Danilo. **Técnicas especiais de investigação**: premissas teóricas e limites constitucionais. Belo Horizonte: Arraes, 2013. 156 p.

Biblioteca(s): PGR, ESMPU, PR/RO, PR/TO, PR/MG, PR/PA, PR/PB, PR/SP

ANSELMO, Márcio Adriano. **Colaboração premiada**: o novo paradigma do processo penal brasileiro: doutrina e prática (a visão do Delegado de Polícia). Rio de Janeiro: Mallet, 2016. 166 p.

Biblioteca(s): STF

ANTONIK, Luis Roberto. **Compliance, ética responsabilidade social e empresarial**: uma visão prática. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016. 310 p.

Biblioteca(s): PRR3, PR/SC, PR/SP

ATHAYDE, Amanda. **Manual dos acordos de leniência no Brasil**: teoria e prática: CADE, BC, CVM, CGU, AGU, TCU, MP. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 395 p.

Disponível para leitura no Portal da Rede de Bibliotecas do MPF >> Acervo >> E-Books >> Forum
(<https://portal.mpf.mp.br/rededebibliotecas/acervo/e-books/editora-forum>)

BARBOSA, Eliane Prudente. **O acordo de leniência e as perspectivas de sua aplicação no direito brasileiro**. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Direito Econômico) – Fundação Getúlio Vargas, Brasília, 2003.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

BARROS, Francisco Dirceu. **Acordos criminais**. Leme, SP: JH Mizuno, 2020. 312 p.
Biblioteca(s): PR/GO. PR/PR, PRR4, PR/SE

BITTENCOURT, Sidney. **Comentários à Lei anticorrupção**: Lei 12.846/2013. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2019. 215 p.
Biblioteca(s): SEN; CAM; STF; STJ

BRASIL. Ministério Público Federal. Câmara de Coordenação e Revisão, 5. **Guia prático 5CCR: acordos de leniência**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr5/publicacoes/guia-pratico-acordo-leniencia/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. Procuradoria da República no Estado de São Paulo. **Seminário sobre leniência antitruste** [gravação de vídeo]. São Paulo, 2015. 1 DVD
Biblioteca(s): PR/SP

BRASIL. Secretaria de Direito Econômico (SDE). **Combate a cartéis e programa de leniência**. 3. ed. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Direito Econômico, 2009. 33 p.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

CAMBI, Eduardo *et al.* (coord.). **Lei anticorrupção**: comentários à Lei 12.846/2013. São Paulo: Almedina, 2014. 288 p.
Biblioteca(s): PGR, PRR2, PRR3, PRR5, ESMPU, PR/GO, PR/MG, PR/PA, PR/PR, PR/RJ, PR/SP

CANETTI, Rafaela Coutinho. **Acordo de leniência**: fundamentos do instituto e os problemas de seu transplante ao ordenamento jurídico brasileiro. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 306 p.
Biblioteca(s): STF; STF; STJ; TJD

CARVALHO, Vinícius Marques de (org.). **A Lei 12.529/2011 e a nova política de defesa da concorrência**. São Paulo: Singular, 2015. 467 p.
Biblioteca(s): PGR, PR/SP

CARVALHOSA, Modesto. **Considerações sobre a Lei anticorrupção das pessoas jurídicas**: Lei 12.846/2013. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. 431 p.
Biblioteca(s): PGR, PR/SP, PR/PR, PR/RS, PR/AP, PR/SC, PR/MG, PRR1, ESMPU, PRR2, PRR3, PRR5, PR/BA, PR/MS, PR/CE, PR/AM, PR/SE, PRR4, PR/PA, PR/RJ

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **Manual sobre a lei anticorrupção – Lei 12.846/2013**: como as empresas devem se prevenir das sanções previstas por esta lei – o programa de Compliance. Rio de Janeiro, [2016?].

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA (Brasil). **Estudo da experiência internacional e brasileira e propostas regulamentares, legislativas e de advocacy a respeito das Ações de Reparação por Danos Concorrenciais (ARDC) e do acesso a documentos de acordos de leniência e de Termos de Compromisso de Cessação (TCC) no Brasil**. Brasília, 2016.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

_____. **Guia programa de leniência antitruste do Cade**. Brasília, [2014?]. 57 p.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

COSTA, Karina Amorim Sampaio. **Lei Anticorrupção e Acordo de Leniência**: trajetória e perspectivas em órgãos de controle e poder judiciário. Curitiba: Juruá, 2020. 186 p.
Biblioteca(s): PR/RS

CUNHA, Rogério Sanches; SOUZA, Renee do Ó. **Lei anticorrupção empresarial**: Lei 12.846/2013. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2020. 456 p.
Biblioteca(s): SEN

DAL POZZO, Antonio Araldo Neves *et. al.* **Lei anticorrupção**: apontamentos sobre a Lei nº 12.846/2013. 2. ed. São Paulo: Contracorrente, 2015. 240 p.
Biblioteca(s): PGR

FERRAZ, Luciano. **Controle e consensualidade**: fundamentos para o controle consensual da administração pública (TAG, TAC, SUSPAD, acordos de leniência, acordos substitutivos e instrumentos afins). 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 248 p.
Disponível para leitura no Portal da Rede de Bibliotecas do MPF >> Acervo >> E-Books >> Forum
(<https://portal.mpf.mp.br/rededebibliotecas/acervo/e-books/editora-forum>)

FURLAN, Fernando de Magalhães. **Questões polêmicas em direito antitruste**. São Paulo: LEX, 2004. 162p.
Biblioteca(s): PR/MS, PR/PA, PR/SC

KOCH, Mariana Porto. **Acesso a documentos oriundos de acordos de leniência em investigação de cartel para o ajuizamento de ações e reparação de danos pelos consumidores no Brasil**. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.
[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

KOLLMAR, Christy L. **A blind casting into the evidential sea**: the interplay between fundamental rights and the efficacy of leniency programmes. [s.L.]: Riga Graduate School of Law, 2018. (RGSL Research Paper, n. 20)
[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

LAMY, Anna Carolina Pereira Cesarino Faraco. **Reflexos do acordo de leniência no processo penal**: a implementação do instituto ao direito penal econômico brasileiro e a necessária adaptação ao regramento constitucional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014. 226 p.
Biblioteca(s): PRR4, PR/MS, PR/SP

LIMA, José Antonio Farah Lopes de. **Delação premiada e acordo de leniência**. Leme: JH Mizuno, 2020. 232 p.
Biblioteca(s): PR/MG, PR/PR, PR/RJ

MACHADO, Pedro Antônio de Oliveira. **Acordo de leniência & improbidade administrativa**. Curitiba: Juruá, 2017. 260 p.
Biblioteca(s): PR/PA, PR/SP

MARIN, Tâmera Padoin Marques. **A Lei anticorrupção e o acordo de leniência**: uma análise do regime geral para a celebração desse instrumento. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 201 p.
Disponível para leitura no Portal da Rede de Bibliotecas do MPF >> Acervo >> E-books >> Forum
(<https://portal.mpf.mp.br/rededebibliotecas/acervo/e-books/editora-forum>)

MARRARA, Thiago. **Sistema brasileiro de defesa da concorrência**: organização, processos e acordos administrativos. São Paulo: Atlas, 2015. 474 p.
Biblioteca(s): PGR, PRR4, PR/RJ, PR/SP

MENDES, Francisco Schertel. **Compliance**: concorrência e combate a corrupção. São Paulo: Trevisan, 2017. 164 p.
Biblioteca(s): PR/MT, PR/PA, PR/RJ, PR/SP, PR/SE

_____. **Marco legal da política brasileira de combate a cartéis**: possibilidade de aprimoramento. Brasília: Senado Federal, 2014. 28 p. (Textos para discussão, 153).
[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

MESSA, Ana Flávia et al. (coord.). **Crime organizado**. 1. ed., 2. tiragem. São Paulo: Saraiva, 2012. 691 p.

Disponível também para leitura no Portal da Rede de Bibliotecas do MPF >> Acervo >> E-books >> Saraiva (<https://portal.mpf.mp.br/rededebibliotecas/acervo/e-books/saraiva>)

PIRATELLI, João Paulo Machado. **A inferência para a melhor explicação e o crime de cartel no contexto da Operação Lava Jato**. 2017. CD-ROM
Biblioteca(s): ESMPU

RIBEIRO, Márcio de Aguiar. **Responsabilização administrativa de pessoas jurídicas à luz da lei anticorrupção empresarial**. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 345 p.
[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

RODRIGUES, Aldenir Ortiz. **Lei anticorrupção empresarial**. São Paulo: IOB Sage, 2015. 222 p.
Biblioteca(s): SEN, STJ, TCD

RODRIGUES, Carlos Alberto. **Os acordos na esfera federal e a controvérsia entre os órgãos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020. 180 p.
Biblioteca(s): CAM, STF, STJ

SALOMI, Maíra Beuchamp. **O acordo de leniência e seus reflexos penais**. São Paulo, 2012. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2012. 293 p.
[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

SANTOS, Kleber Bispo dos. **Acordo de leniência na Lei de Improbidade Administrativa e na Lei Anticorrupção**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. 210 p.
Biblioteca(s): STJ

SILVA, Fabio do Valle Valgas da. **A colaboração interorganizacional e os acordos de leniência no âmbito da Lei nº 12.846/2013**. 2018. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.
[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. **Compliance, direito penal e Lei anticorrupção**. São Paulo: Saraiva, 2015. 358 p.
Disponível para leitura no Portal da Rede de Bibliotecas do MPF >> Acervo >> E-books >> Saraiva (<https://portal.mpf.mp.br/rededebibliotecas/acervo/e-books/saraiva>)

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge et al. (org.). **Estudos em homenagem a Vicente Greco Filho**. São Paulo: LiberArs, 2014. 6161 p.
Biblioteca(s): PR/SP

SIMÃO, Valdir Moysés; VIANNA, Marcelo Pontes. **O acordo de leniência na lei anticorrupção: histórico, desafios e perspectivas**. São Paulo: Trevisan, 2017. 272 p.
Biblioteca(s): PRR4, PR/MA, PR/MS, PR/PA, PR/SP

SORÉ, Raphael Rodrigues. **A lei anticorrupção em contexto: estratégias para a prevenção e o combate à corrupção corporativa**. Belo Horizonte: Forum, 2019. 180 p. *Disponível para leitura no Portal da Rede de Bibliotecas do MPF >> Acervo >> E-books >> Forum (<https://portal.mpf.mp.br/rededebibliotecas/acervo/e-books/editora-forum>)*

SOUZA, Jorge Munhos et al. (org.). **Lei anticorrupção**. Salvador: JusPODIVM, 2015. 351 p.
Biblioteca(s): PGR, PRR1, PRR2, PRR5, ESMPU, PR/AP, PR/PI, PR/RO, PR/BA, PR/CE, PR/ES, PR/MG, PR/MS, PR/PA, PR/PR, PR/PE, PR/RN, PR/RS, PR/SC, PR/SP, PR/SE

_____. **Lei anticorrupção e temas de compliance**. 2. ed. Salvador: JusPODIVM, 2017. 695 p.
Biblioteca(s): PGR, PRR1, PRR3, PRR4, PR/PI, PR/RO, PR/BA, PR/MT, PR/PA, PR/PR, PR/RN, PR/RS, PR/SC, PR/SP, PR/SE, PR/RJ, PR/DF

SOUZA, Renee do Ó. **Os efeitos transversais da colaboração premiada e do acordo de leniência**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019. 261 p.
Biblioteca(s): CAM; STJ; TCD

VILARDI, Celso Sanchez *et al.* (coord.). **Direito penal econômico**: crimes econômicos e processo penal. São Paulo: Saraiva: FGV, 2008. 325 p.
Biblioteca(s): PGR, PRR1, PRR3, PRR5, PR/DF, PR/GO, PR/PI, PR/AM, PR/BA, PR/CE, PR/ES, PR/MG, PR/PE, PR/RS, PR/SP

ZANOTTA, Pedro *et al.* (coord.). **Desafios atuais do direito da concorrência**. São Paulo: Singular, [2008]. 341 p.
Biblioteca(s): PRR4, ESMPU, PR/AM, PR/BA

ZARDO, Francisco. **Infrações e sanções em licitações e contratos administrativos**: com as alterações da Lei anticorrupção (Lei 12.846/13). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. 223 p.
Disponível para leitura no Portal da Rede de Bibliotecas do MPF >> Acervo >> E-books >> Revista dos Tribunais (<https://portal.mpf.mp.br/rededebibliotecas/acervo/e-books/editora-revista-dos-tribunais>)

ZYMLER, Benjamin. **Lei anticorrupção (Lei nº 12.846/2013)**: uma visão do controle externo. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 205 p.
[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

2 JURISPRUDÊNCIA

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Embargos de Declaração no Recurso Especial nº 1.554.986-SP. Relator: Min. Marco Aurélio Bellizze, Brasília/DF, 20 fev. 2018. **DJe**, 06/03/2018.

[ÍTEGRA DO ACÓRDÃO](#)

_____. Recurso Especial nº 1.457.851-RN. Relator: Min. Herman Benjamin, Brasília/DF, 26 maio 2015. **DJe**, 19/12/2016.

[ÍTEGRA DO ACÓRDÃO](#)

_____. Recurso Especial nº 1.554.986-SP. Relator: Min. Marco Aurélio Bellizze, Brasília/DF, 8 mar. 2016. **DJe**, 05/04/2016.

[ÍTEGRA DO ACÓRDÃO](#)

_____. Recurso em Habeas Corpus nº 24.499-SP. Relator: Min. Maria Thereza de Assis Moura, Brasília/DF, 20 set. 2011. **DJe**, 03/10/2011.

[ÍTEGRA DO ACÓRDÃO](#)

_____. Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no Recurso Especial nº 629.055-PR. Relator: Min. Paulo de Tarso Sanseverino, Brasília/DF, 20 set. 2011. **DJe**, 08/06/2011.

[ÍTEGRA DO ACÓRDÃO](#)

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.466/DF. Relator: Min. Rosa Weber, Brasília/DF, 27 jun. 2016. **DJe**, 27/06/2016.

[MANIFESTAÇÃO PGR](#)

3 LEGISLAÇÃO

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (Brasil); CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (Brasil). **Portaria interministerial s/nº, de 15 de dezembro de 2016**. Define os procedimentos para celebração do acordo de leniência de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, no âmbito do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - CGU e dispõe sobre a participação da Advocacia-Geral da União. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/portaria-interministerial-acordo.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

BRASIL. Decreto n. 3.678, de 30 de novembro de 2000. Promulga a Convenção sobre o combate da corrupção de funcionários públicos estrangeiros em transações comerciais internacionais, concluída em Paris, em 17 de dezembro de 1997. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 01/12/2000. Seção 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3678.htm. Acesso em: 26 mar. 2018.

_____. Decreto n. 4410, de 7 de outubro de 2002. Promulga a Convenção Interamericana contra a Corrupção, de 29 de março de 1996, com reserva para o art. XI, parágrafo 1º, inciso “c”. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 08/10/2002. Seção 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4410a.htm. Acesso em: 26 mar. 2018.

_____. Decreto n. 5.015, de 12 de março de 2004. Promulga a Convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 15/03/2004. Seção 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5015.htm. Acesso em: 26 mar. 2018.

_____. Decreto n. 5.687, de 31 de janeiro de 2006. Promulga a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, adotada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 31 de outubro de 2003 e assinada pelo Brasil em 9 de dezembro de 2003. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 01/02/2006. Seção 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5687.htm. Acesso em: 26 mar. 2018.

_____. Lei n. 8.884, de 11 de junho de 1994. Transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13/06/1994. Seção 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8884.htm. Acesso em: 15 mar. 2018.

_____. Lei n. 10.149, de 21 de dezembro de 2000. Altera e acrescenta dispositivos à Lei n. 8.884, de 11 de junho de 1994, que transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em autarquia, dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22/12/2000. Seção 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10149.htm. Acesso em: 15 mar. 2018.

_____. Lei n. 12.529, de 30 de novembro de 2011. Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 02/12/2012. Seção 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12529.htm. Acesso em: 15 mar. 2018.

[Exposição de Motivos](#)

_____. Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013. Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 02/08/2013. Seção 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2011-2014/2013/Lei/L12846.htm. Acesso em: 15 mar. 2018.

[Exposição de Motivos e emendas](#)

[Projeto de Lei](#)

[Regulamento](#)

_____. Medida Provisória nº 703, de 18 de dezembro de 2015 (ENCERRADA). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21/12/2015. Seção 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2015/Mpv/mpv703.htm. Acesso em: 15 mar. 2018.

[Exposição de Motivos](#)

[Ato Declaratório nº 16](#) (Perda de Prazo)

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (Brasil). **Instrução Normativa nº 1, de 7 de abril de 2015**. Estabelece metodologia para a apuração do faturamento bruto e dos tributos a serem excluídos para fins de cálculo da multa a que se refere o art. 6º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Disponível em: http://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/instrucoes-normativas/in_cgu_01_2015.pdf. Acesso em: 26 mar. 2018.

_____. **Instrução Normativa nº 2, de 7 de abril de 2015**. Regula o registro de informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP. Disponível em: http://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/instrucoes-normativas/in_cgu_02_2015.pdf. Acesso em: 26 mar. 2018.

_____. **Instrução Normativa nº 71, de 28 de novembro de 2012**. Dispõe sobre a instauração, a organização e o encaminhamento ao Tribunal de Contas da União dos processos de tomada de contas especial. Disponível em: http://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/instrucoes-normativas/in_tcu_71_2012.pdf. Acesso em: 26 mar. 2018.

_____. **Portaria nº 909, de 7 de abril de 2015**. Dispõe sobre a avaliação de programas de integridade de pessoas jurídicas. Disponível em: http://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/portarias/portaria_cgu_909_2015.pdf. Acesso em: 26 mar. 2018.

_____. **Portaria nº 910, de 7 de abril de 2015**. Define os procedimentos para apuração da responsabilidade administrativa e para celebração do acordo de leniência de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Disponível em: http://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/portarias/portaria_cgu_910_2015.pdf. Acesso em 26 mar. 2018.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Instrução Normativa nº 74, de 11 de fevereiro de 2015**. Dispõe sobre a fiscalização do Tribunal de Contas da União, com base no art. 3º da Lei nº 8.443/1992, quanto à organização do processo de celebração de acordo de leniência pela administração pública federal, nos termos da Lei 12.846/2013. Disponível em: <https://contas.tcu.gov.br/juris/SvlHighLight>. Acesso em: 26 mar. 2018.

[ÍNTEGRA](#)

_____. **Instrução Normativa nº 76, de 23 de novembro de 2015**. Altera a Instrução Normativa – TCU nº 71, de 28 de novembro de 2012, que dispõe sobre a instauração, a organização e o encaminhamento ao Tribunal de Contas da União dos processos de tomada de contas especial. Disponível em: <https://contas.tcu.gov.br/juris/SvlHighLight>. Acesso em: 26 mar. 2018.

[ÍNTEGRA](#)

4 ENUNCIADOS, VOTOS, ORIENTAÇÕES E NOTAS TÉCNICAS

BRASIL. Ministério Público Federal. Câmara de Coordenação e Revisão, 5. **Estudo técnico nº 01/2017**. Brasília, 2017. 131 p.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

_____. **Nota técnica nº 1/2016**: relatório com a proposta legislativa do deputado federal Paulo Teixeira (PT-SP), relator da comissão mista para a apreciação da Medida Provisória 703/2015, que trata de acordo de leniência no âmbito da Lei 12.846/2013. Brasília, 2016. 15 p.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

_____. **Nota técnica nº 1/2017**: acordo de leniência e seus efeitos. Brasília, 2017. 29 p.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

_____. **Nota Técnica nº 01/2020**: sobre Termos de Adesões ou Subscrições de pessoas físicas¹ em Acordos de Leniência, celebrados pelo MPF, nos termos da Lei nº 12.846 e da Lei nº 8.429, no domínio da improbidade administrativa. Brasília, 2020. 57 p.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

_____. **Nota Técnica nº 02/2020**: sobre o *Acordo de Cooperação Técnica* assinado pela Advocacia-Geral da União (AGU), Controladoria-Geral da União (CGU), Tribunal de Contas da União (TCU) e Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), em 06.08.2020, com participação do Supremo Tribunal Federal (STF), em matéria de combate à corrupção no Brasil, especialmente em relação aos Acordos de Leniência, da Lei nº 12.846, de 2013. Brasília, 2020. 47 p.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

_____. **Nota Técnica nº 04/2020**: Projeto de Lei substitutivo – PL n. 10.887/2018: análise dos pontos críticos. Brasília, 2020. 32 p.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

_____. **Painel acordos de leniência homologados pela 5ª. Câmara**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://sig.mpf.mp.br/sig/servlet/mstrWeb?evt=3140&src=mstrWeb.3140&documentID=DE8159D411EA799D1A090080EF2586DD&Server=MSTRIS.PGR.MPF.MP.BR&Project=Unico&Port=0&share=1>. Acesso em: 31 mar. 2021.

_____. **Orientação nº 07/2017**: acordos de leniência. Brasília, 2017. 9 p.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

_____. **Orientação conjunta nº 1/2018**: acordos de colaboração premiada. Brasília, 2018. 16 p.

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

_____. **Voto n. 9212/2016 [no] Inquérito Civil nº 1.30.001.001111/2014-42 e apensos**. Relatora: Mônica Nicida Garcia. Brasília, 2016 (Ata da 923ª Sessão, de 1º de setembro de 2016).

[ÍNTEGRA](#)

[RECURSO](#)

[VOTO DO RELATOR](#) E DECISÃO (CONSELHO INSTITUCIONAL DO MPF)

_____. **Voto s/n. [no] Inquérito Civil nº 1.16.000.000393/2016-10**. Relatora: Mônica Nicida Garcia. Brasília, 2017 (Ata da 966ª Sessão, de 24 de agosto de 2017).

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

_____. **Voto s/n. [no] Procedimento Administrativo nº 1.00.000.008652/2017-93**. Relatora: Mônica Nicida Garcia. Brasília, 2017 (Ata da 959ª Sessão, de 1º de junho de 2017).

[TEXTO NA ÍNTEGRA](#)

ÍNDICE DE AUTOR

A

ALAN, José Alexandre da Silva Zachia, 4
 ALVES, Francisco Sérgio Maia, 4, 15
 AMARAL, Ana Cláudia Corrêa Zuin Mattos do,
 17
 AMORIM, Rodrigo Morais de, 4
 AMOROS, Francesc Perez, 4
 ANDRADE FILHO, João Pereira de, 15
 ANDRADE, Diogo Thomson de, 17, 20
 ANDRADE, Flávio da Silva, 15
 ANDRADE, Jackeline Póvoas Santos de, 4
 ANDREATO, Danilo, 20
 ANSELMO, Márcio Adriano, 20
 ANTONIK, Luis Roberto, 21
 ARAÚJO, Fabiano de Figueirêdo, 4
 ATHAYDE, Amanda, 16, 17, 21
 ATHIAS, Daniel Tobias, 4
 AZEVEDO, Paulo Furquim de, 16

B

BARBOSA, Eliane Prudente, 21
 BARCELOS, Daniel Ribeiro, 16
 BARROS, Francisco Dirceu, 21
 BASSANI, Luciana, 5
 BECK, Francis Rafael, 16
 BERTONCINI, Mateus Eduardo Siqueira
 Nunes, 5
 BESSA, Isabela, 5
 BITTENCOURT, Sidney, 21
 BLANCHET, Luiz Alberto, 5
 BLOK, Marcella, 5
 BONACCORSI, Daniela Villani, 9, 16
 BORRELL, Joan-Ramon, 5
 BOTELHO, Ricardo Franco, 16
 BOTTINO, Thiago, 5
 BRASIL, Bruno Menezes, 16
 BRASIL. Ministério Público Federal. Câmara
 de Coordenação e Revisão, 5, 21
 BRASIL. Procuradoria da República no Estado
 de São Paulo, 21
 BRASIL. Secretaria de Direito Econômico
 (SDE), 21

C

CAFFÉ, Cândida, 5
 CAMBI, Eduardo, 21
 CAMELO, Bradson, 5
 CAMPOS, Patrícia Toledo de, 5
 CANETTI, Rafaela Coutinho, 21
 CANTAL, Ana Maria Borges Fontão, 5
 CARVALHO, Vinícius Marques de, 21
 CARVALHOSA, Modesto, 21
 CHAND, Anisha, 12

CHARISTOS, Konstantinos, 5
 CHOQUE, Romina Diana Flores, 10
 COLINO, Sandra Marco, 6
 CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO
 COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E
 TURISMO, 22
 CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA
 ECONÔMICA (Brasil), 22
 CÓRDOVA, Danilo Ferraz, 6
 COSTA, Karina Amorim Sampaio, 22
 COSTÓDIO FILHO, Ubirajara, 6
 COUTINHO, Alessandro Dantas, 6
 CUNHA, Rogério Sanches, 22

D

DAL POZZO, Antonio Araldo Neves, 22
 DANTAS, Bruno, 6
 DI CILLO, Roberto, 6
 DIMA, Alina Mihaela, 6
 DOBROWOLSKI, Samantha Chantal, 6
 DOMINGUES, Juliana Oliveira, 16
 DOMINTE, Oana, 6
 DRAGO, Bruno de Luca, 6

E

ESTEVES, Daniel Santa Bárbara, 16

F

FARACO, Alexandre Ditzel, 6
 FARIA, Luzardo, 6
 FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby, 7
 FERRARI, Eduardo Reale, 7
 FERRAZ, Luciano, 22
 FERRAZ, Sérgio, 7
 FERREIRA FILHO, Adelino Borges Ferreira,
 17
 FERREIRA FILHO, Paulo Sérgio, 15
 FERREIRA NETO, Amadeu de Souza, 7
 FERREIRA, Glaucia, 17
 FIGALDO, Carolina Barros, 17
 FIGUEIREDO, Apoliana Rodrigues, 7
 FIGUEIREDO, Marcelo, 17
 FONSECA, Antonio, 17
 FONSECA, João Bosco Leopoldino da, 7
 FRADE, Eduardo, 17
 FRANCO, Isabel, 17
 FRAZÃO, Ana, 7, 16
 FURLAN, Fernando de Magalhães, 22

G

GABAN, Eduardo Molan, 16
 GALVÃO, Marina Caetano Sarraf, 7
 GONÇALVES, Livia Cardoso Viana, 17

GRIEVE, Ducan Stuart, 19
 GRILLO, Brenno, 7
 GUIMARÃES, Marcelo Cesar, 7

H

HARADA, Kiyoshi, 7

I

IGNÁCIO, Renata Rossi, 19
 IOKOI, Pedro Ivo Gricoli, 7

K

KOCH, Mariana Porto, 22
 KOLLMAR, Christy L, 22

L

LAMY, Anna Carolina Pereira Cesarino Faraco, 23
 LARA, Fabiano Teodoro de Rezende, 17
 LIMA, José Antonio Farah Lopes de, 22
 LIMA, Márcio Barra, 8
 LIVIANU, Roberto, 8
 LOPES, Paula Lino da Rocha, 8
 LUZ, Reinaldo Diogo, 17

M

MACHADO, Luiza Andrade, 8
 MACHADO, Pedro Antônio de Oliveira, 23
 MAGALHÃES, Gustavo Alves, 8
 MAGALHÃES, João Marcelo Rego, 8
 MARBERG, Sarah, 8
 MARÇAL, Thaís Boia, 11
 MARCHESI, Bruna Lícia Pereira, 8
 MARIN, Tâmera Padoin Marques, 5, 23
 MARRARA, Thiago, 17, 23
 MARTINEZ, Ana Paula, 8, 17
 MARTINS, Frederico Bastos Pinheiro, 18
 MARTINS, Ives Gandra da Silva, 8, 18
 MARVÃO, Catarina, 9
 MAZZUCATO, Paolo Zupo, 9
 MEIRA, Marcos, 9
 MELLO, Shirlei Silmara de Freitas, 9
 MENDES, Francisco Schertel, 23
 MENDRONI, Marcelo Batlouni, 9
 MESQUITA NETO, Armando, 9
 MESSA, Ana Flávia, 23
 MIGLIARI JÚNIOR, Arthur, 9
 MONTCHENKOVA, Evgenia, 9
 MONTEIRO, Gabriela Reis Paiva, 18
 MORAIS, Flaviane de Magalhães Barros Bolzan de, 9
 MOREIRA, Egon Bockmann, 9, 18
 MOTTA, Lucas Griebeler da, 19
 MUDROVITSCH, Rodrigo de Bittencourt, 10
 MUKAI, Toshio, 10

N

NALINI, José Renato, 10
 NASCIMENTO, Ferdinando, 10
 NEVES, Edmo Colnaghi, 18
 NICOLOSI, Costanza, 10
 NOBREGA, Antonio Carlos Vasconcellos, 18
 NÓBREGA, Guilherme Pupe da, 10
 NÓBREGA, Marcos, 5
 NOVIS, Maria Eugênia, 12
 NUNES, Leandro Bastos, 10

O

O'KANE, Micahel, 10
 OLIVEIRA JÚNIOR, Fábio de, 10
 OLIVEIRA JÚNIOR, Fernando Antônio de Alencar Alves de, 18
 OLIVEIRA, Gustavo Justino de, 10, 18
 OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende, 11

P

PAGOTTO, Leopoldo, 11
 PAIVA, Rodrigo Figueiredo, 18
 PALHARES, Felipe, 11
 PANACHUK, Lara Pastorello, 11
 PASTORE, Ricardo Ferreira, 19
 PEREIRA FILHO, Venicio Branquinho, 11
 PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres, 11
 PEREIRA, Cesar Augusto Guimarães, 19
 PEREIRA, Victor Alexandre El Khoury M, 11
 PEREZ, Marcos Augusto, 19
 PINHA, Lucas Campio, 11
 PINTO, José Guilherme Bernan Correa, 11
 PIRATELLI, João Paulo Machado, 23
 PONTES, Evandro Fernandes de, 11

R

REIS FILHO, Guilherme Augusto, 16
 REIS, Clayton, 12
 REZENDE, Pedro Henrique, 19
 RIBEIRO, Amadeu, 12
 RIBEIRO, Diaulas Costa, 12
 RIBEIRO, Manoela Barbosa Machado, 12
 RIBEIRO, Márcio de Aguiar, 23
 ROCHA, Daniel Favoretto, 12
 RODAS, João Grandino, 12
 RODRIGUES, Aldenir Ortiz, 23
 RODRIGUES, Carlos Alberto, 23
 RODRIGUES, Diogo Alencar de Azevedo, 19
 RODRIGUES, Eduardo Frade, 19
 ROSENBERG, Bárbara, 12
 ROSSI RODRIGUEZ, Federico, 12

S

SAKLE, Anshuman, 12
 SALOMI, Maíra Beuchamp, 23
 SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo, 12
 SALVO, Mauro, 13
 SANTIAGO, Alex Fernandes, 13

SANTOS, Kleber Bispo dos, 24
 SANTOS, Natália Batista da Costa, 13
 SANTOS, Sérgio Honorato dos, 13
 SCAFF, Fernando Facury, 13
 SCAPINELLI, Christopher Pinho Ferro, 13
 SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho, 18
 SCHNEIDER, Alexandre, 13
 SCHWIND, Rafael Wallbach, 19
 SERBAN, Daniela, 6
 SHARMA, Deepankar, 13
 SILVA, Fabio do Valle Valgas da, 24
 SILVA, Lucia Helena Salgado e, 19
 SILVA, Marina Lacerda, 20
 SILVA, Vladimir Spíndola, 13
 SILVEIRA, Luciana Dutra de, 14
 SILVEIRA, Renato de Mello Jorge, 13, 19, 24
 SIMÃO, Valdir Moysés, 24
 SOARES JÚNIOR, Rafael, 13
 SOBRAL, Ibrahim Acácio Espírito, 13
 SORÉ, Raphael Rodrigues, 24
 SOUZA, Caio de, 16
 SOUZA, Jorge Munhos, 24
 SOUZA, Luciano Anderson de, 12
 SOUZA, Nayara Mendonça Silva e, 14
 SOUZA, Rafael Soares, 20
 SOUZA, Renee do Ó, 22, 24
 SOUZA, Ricardo Inglez de, 14
 SPALDING, Andrew B, 14
 SPENGLER, Adriana Maria Gomes de Souza,
 20

T

TAFFARELLO, Rogério Fernando, 14
 TAMASAUSKAS, Igor, 14
 TAMASAUSKAS, Igor Sant'anna, 16, 20

TAVARES, Carolina de Castro, 14
 TAVARES, Mariana, 14
 TEIXEIRA, Ana Paula Bertol, 11
 TOBOLOWSKY, Zachary B, 14
 TODOROV, Francisco Ribeiro, 14
 TOJAL, Sebastião Botto de Barros, 14, 20

V

VALÉRIO, Marco Aurélio Gumieri, 14
 VALIM, Rafael, 9
 VAN DER LAAN, Rob, 9
 VAN OSCH, Pieter, 14
 VASCONCELOS, Beto Ferreira Martins, 20
 VENTURA, Leonardo Henrique de Carvalho,
 15
 VERÍSSIMO, Marcos Paulo, 20
 VIANNA FILHO, Ivan Xavier, 15
 VIANNA, Marcelo Pontes, 24
 VICTER, Renata Maccacchero, 5
 VIEIRA, Caroline Sanselme, 15
 VILARDI, Celso Sanchez, 24
 VILLELA, Juliana Girardelli, 15

W

WESSING, Jürgen, 15

X

XIAOWEI CAI, 15

Z

ZANOTTA, Pedro, 24
 ZARDO, Francisco, 15, 24
 ZYMLER, Benjamin, 15, 24